

processos de subjetivação e ruralidades no nordeste paulista. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2016. 137p. Relatório de Pesquisa - FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

TOLEDO, Marcelo. Incra atrasa repasse e assentados perdem assistência técnica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun 2016. Poder. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1785710-incra-atrasa-repasse-e-assentados-perdem-assistencia-tecnica.shtml> Consultado em 09/07/2016.

VALENTIM, J. P. Que futuro para as representações sociais? **Psicologia e Saber Social**, v. 2, n. 2, p. 158-166, 2013.

Roças e Florestas em Assentamentos Ambientalmente Diferenciados na Amazônia: Reflexões para uma Agroecologia no PDS **Virola Jatobá**

*Noemi Miyasaka Porro*¹

*Roberto Porro*²

*Helder do N. Assunção*³

Resumo: No atual contexto de contraste entre o crescente foco global sobre o ambiente e a decrescente atenção à reforma agrária, camponeses em *assentamentos ambientalmente diferenciados* são compelidos a experiências de produção que levem a menores índices de desmatamento. Lançadas sem o devido protagonismo dos sujeitos locais e sem efetivo suporte, essas propostas de alternativas produtivas, a exemplo do manejo florestal comunitário e sistemas agroflorestais, enfrentam dificuldades para serem adotadas pelo campesinato amazônico. Cientes das concretas condições envolvidas, camponeses da Transamazônica persistem com sua tradicional roça de corte-e-queima, a despeito das atuais restrições legais e do próprio ecossistema em suas atuais condições. Refletir sobre a Reforma Agrária e a agricultura almejada nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) requer uma análise da interface entre essas proposições e as práticas locais de produção. Evidências empíricas agrônoma, geográfica e antropológicamente analisadas indicam a necessidade de uma revisão dessa interface à luz de indicadores agroecológicos. Este estudo de caso no PDS Virola Jatobá permite refletir sobre a relevância da politização da organização social para os experimentos em Agroecologia nos assentamentos.

Palavras-chave: Projeto de Assentamento Sustentável, Agroecologia, Reforma Agrária, organização social, Amazônia.

¹ Antropóloga engenheira agrônoma pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Agricultras Amazônicas no Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará

² Antropólogo engenheiro agrônomo pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Federal do Pará.

³ Geógrafo, mestre do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Federal do Pará.

Abstract: In current contexts in which increasing global focus on environmental issues contrasts with decreasing attention towards Agrarian Reform, peasants living in Environmentally Differentiated Settlements are compelled to change their agricultural practices to decrease deforestation rates. Launched without due local protagonists' participation and sufficient support, Amazonian peasants face difficulties to adopt alternatives such as community forest management and agroforestry. Aware of the concrete conditions involved, peasants in the Transamazon insist in their traditional slash-and-burn shifting cultivation, despite the current legal and environmental restrictions. To think about which Agrarian Reform and family farming we aim for the Sustainable Development Project (PDS) requires an analysis of the interface between these proposed alternatives and the local practices of production. Empirical evidences collected on agronomic, geographic and anthropological basis indicate the need to proceed the analysis of this interface through Agroecological Indicators. The case study of PDS Virola Jatobá shows the relevance of politicizing the social organization for the experiments in Agroecology in the Agrarian Reform settlements.

Keywords: Sustainable Settlement Project; Agrarian Reform; Agroecology; Social organization; Amazon.

Introdução

No VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, realizado em Araraquara em 2016, pesquisadores da academia e de movimentos sociais se dispuseram a refletir sobre a agricultura a ser construída nos assentamentos. Passados 30 anos desde o fim do regime militar, objetivamos delinear qual agricultura se coadunaria para a sociedade almejada no Brasil. Os autores deste artigo visam contribuir com esta reflexão, retomando o debate iniciado na Mesa “Experiências de Agroecologia em Assentamentos”, em que se evidenciaram tanto a diversidade em termos sociais e regionais, quanto a disparidade entre o projetado e o vivido, aspectos comuns em assentamentos de norte a sul do Brasil. Para se discutir Agroecologia em Assentamentos, a modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável

– PDS⁴ foi indicada como caso de enfoque por sua própria concepção embasada em interesses sociais e ecológicos. Atualmente, conta-se com significativas área e número de famílias como beneficiárias em PDS no Brasil (INCRA 2015). Assim, através do emblemático caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Anapu III e IV (ou PDS Virola Jatobá - PDS VJ), pretendemos narrar as experiências de um campesinato de fronteira⁵ em sua relação com ecossistemas florestais amazônicos, através de roças e extrativismo tradicionais e, mais recentemente, de manejo florestal comunitário, analisando-as em uma perspectiva agroecológica.

Com base nas características apontadas por Toledo (1995) e Altieri e Toledo (2011) e na pesquisa empírica acumulada, partimos da hipótese de que a agricultura praticada pelos camponeses – a *roça* e o extrativismo, baseados no conhecimento tradicional, ainda que em situação de fronteira, podem expressar características agroecológicas. Para isso é necessário que condicionantes sociais, ambientais e econômicos, essenciais ao modo de produção camponês amazônico, sejam cumpridos. A questão que se coloca é se, no atual Estado de direito (ou de ausência de direitos), os camponeses em questão lograrão se constituir em um sujeito coletivo coeso o suficiente para assegurar e ajustar tais condicionantes à concreta situação ambiental e jurídica no atual PDS. Nossa resposta a essa questão é que, em um contexto predominado por diferenciais de poder extremos, essa constituição ocorre fundamentalmente pela via da politização da organização social.

Os resultados de nossa pesquisa indicam uma correlação entre as unidades familiares cujas trajetórias de vida se articularam em torno da constituição do PDS como uma forma de organização social politizada, e estratégias de produção associadas a uma relativa conservação florestal, tendendo a características agroecológicas. Por outro lado, unidades familiares que, embora residentes no PDS, mantiveram trajetórias que não favoreceram mobilizações em torno de transformações sociais, antes vincularam-se a fazendeiros e madeireiros em relações

⁴ O PDS foi criado originalmente pela Portaria/INCRA no 477, de 4/11/1999 e regulamentado pela Portaria/INCRA/P no 1.032, de 25/10/2000. A primeira Portaria previa inicialmente beneficiários oriundos de “populações extrativistas tradicionais”. Com a Portaria INCRA no 1040 de 12/2002, ampliou-se para “as populações que já exercem ou venham a exercer atividades extrativistas ou de agricultura familiar em áreas de preservação ambiental”, trazendo novas questões ambientais e sociais à implementação do instrumento de regularização fundiária.

⁵ O campesinato em questão, constituído por processos característicos da fronteira agrária na mesorregião designada por sudoeste do Pará, pode ser compreendido pelo interessante debate sobre as frentes de expansão realizado por Velho (1976) e Martins (1991).

de subordinação, contrapondo-se ao PDS, têm associação positiva com estratégias de produção avessas à conservação florestal, com supressão florestal permanente para implantação de pastagens extensivas, queimadas não controladas, e ou retirada e venda ilegal de madeira.

Portanto, argumentamos neste texto que as “Experiências em Agroecologia em Assentamentos”, como proposto para PDS, têm relação direta com processos de organização social politizada, tal como preconizada na teoria agroecológica (ALTIERI, NICHOLLS, 2000; GUZMÁN, MOLINA 2005). Nossa contribuição a esse debate se refere a especificidades desse campesinato da fronteira amazônica: suas formas próprias de concepção e prática da roça e extrativismo familiar como formas agroecológicas de relação com a natureza e suas peculiares formas de ação coletiva para transformação social (PORRO et al. 2015).

Entendemos, inclusive, que seus experimentos com as técnicas e normas do manejo florestal comunitário tal como concebidos pela engenharia florestal contemporânea poderão resultar em novos conhecimentos, interessantes à Agroecologia nos atuais contextos. Ressaltamos, assim, a necessidade de reconhecer diversas Agroecologias, garantindo-se aprendizados emergidos localmente, como formas de transformação dos desequilíbrios de poder, portanto, como formas diversas de fazer política.

Este texto, resultado de pesquisa proporcionada pela parceria entre Embrapa e UFPA, através do Projeto Automanejo⁶, iniciado em 2014, conta com narrativas registradas etnograficamente desde 2004, e com dados qualitativos e quantitativos coletados durante 2015 e 2016 pelo terceiro autor e analisados sob orientação do segundo autor. Através de metodologia interdisciplinar, baseada na pesquisa-ação (BRANDÃO 2007, THIOLENT 1994), os autores realizaram coleta de dados, em períodos secos e chuvosos, durante reuniões, grupos de enfoque e visitas individuais, tanto nas roças quanto nas casas e no barracão central, através de entrevistas abertas, questionários estruturados, registros fotográficos e mapeamentos.

O sujeito coletivo a tomar parte nesta pesquisa-ação como interlocutores principais, colaborando na proposição e condução da pesquisa coordenada pelos pesquisadores, foram representados pela Associação Virola Jatobá (AVJ) e a Cooperativa de Produtores Orgânicos e Florestais (COOPAF).

⁶“Governança local e sustentabilidade do manejo florestal de base comunitária nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, Transamazônica.” O Projeto avalia os impactos gerados em decorrência do contrato estabelecido entre a associação do PDS e uma empresa madeireira, além de contribuir para a identificação de cenários para que o Manejo Florestal possa gerar benefícios para as famílias assentadas.

No entanto, nem todas as 156 famílias residentes no PDS VJ fazem parte destas ou outras organizações, assim como nem todas estão já registradas na Relação de Beneficiários do INCRA.

Os dados qualitativos foram obtidos proporcionalmente a uma estratificação delineada por acessibilidade do lote, momento de chegada ao lote e participação em associações. Os dados quantitativos foram obtidos por visita a todas as 89 famílias que estavam na Relação de Beneficiários do INCRA, obtendo-se 78 questionários, daqueles que estavam no momento da visita e se dispuseram a responder. Dentre estes, 14 entrevistados participaram de um mapeamento participativo, que será discutido na quarta seção.

Iniciaremos com uma consideração sobre esse sujeito coletivo, prosseguindo com o contexto em que o mesmo se insere, no que tange à Reforma Agrária na Transamazônica. Na terceira seção trataremos das especificidades do PDS neste contexto, e na seção seguinte demonstraremos a conexão entre a organização social politizada e o potencial de experiências em Agroecologia. Concluiremos com uma reflexão sobre as perspectivas da construção agroecológica em PDSs.

O sujeito coletivo em questão

Para iniciar a reflexão sobre qual agricultura queremos nos assentamentos, a primeira questão a esclarecer é quem será o sujeito a definir a agricultura almejada – quer agroecológica ou não. Observações empíricas acumuladas desde a criação de PDSs em Anapu indicam que o sujeito que sustenta esse assentamento e, portanto, deve definir a agricultura almejada, bem poderia ter sua alegoria em seu Pedro, um quilombola maranhense nascido no município de Codó, Estado do Maranhão. As 156 famílias moradoras do PDS em 2015 eram oriundas de: Maranhão, Pará, Tocantins, Bahia, Piauí, Pernambuco, Minas Gerais, Sergipe, Goiás, Espírito Santo e Goiás, com a maioria concentrando-se nos quatro primeiros Estados.

Seu Pedro assim se identificou em uma entrevista realizada em 2008, em sua casa: “*Eu estou aqui agora. Eu já rodei muito, tudo por aqui, procurando por um pedaço de terra ... Eu sou homem que nunca gostou de trabalhar para ninguém. Eu gosto de trabalhar para mim mesmo, mode viver com minha família ... porque eu não vou trabalhar para os outros, pra patrão. ... Naquele tempo, quando eu nasci, a terra não tinha dono. Era liberta.*”

No lugar que chegasse, você fazia sua casa, assituava sua roça, fazia de um tudo... . Sobre essas terras, a confusão começou do tempo do Sarney pra cá...de fazendeiro comprando terra e grilando terra e matando gente e fazendo essa abusão toda.”

Seu Pedro define-se como o homem *livre de patrão*, que *assituaria*⁷ sua *roça* em uma terra que não tem dono, a terra *liberta*. Esse sujeito, que trabalha apenas para e sob comando de sua própria unidade familiar, define seu viver como o modo de vida nessa unidade familiar. Em seu discurso, outra característica a notar nessa *terra sem donos*, é a possibilidade de mobilidade: *no lugar que chegasse*. Diferente de comunidades tradicionais, cujo território via de regra permanece referido a terras tradicional e historicamente ocupadas, esse campesinato formador da fronteira enseja deslocamentos sobre terras desconhecidas, territorializadas pelo trabalho exercido livre de patrão.

A busca por *um pedaço de terra* não implica em especificidade histórica ou geográfica, porém, essas terras devem ser necessariamente *libertas* de patrão. Ciente das ameaças a essa liberdade, seu Pedro aponta claramente que o sujeito livre de patrão não se livra de outros sujeitos de poder, fazendo questão de nominar Sarney e fazendeiros que *grilam terras e matam gente*. Esse sujeito, portanto, tem a consciência de que sua decisão de ser *homem que não trabalha para os outros* está imersa numa realidade sobre a qual não tem controle, prenhe de relações de poder em que é parte fraca. Seu Pedro, no entanto, reafirma sua liberdade ganha pelo trabalho livre, mesmo ciente de sua posição de subordinação neste mundo.

É este sujeito que, por constituir-se em sujeito coletivo pela congregação de famílias em torno da construção do PDS, reconhecemos como o potencial protagonista da decisão de que agricultura se quer e pode querer concretamente. Para esse sujeito coletivo, a agricultura possível é hoje a roça de corte-e-queima e manejo de capoeiras, além de pomares e quintais, como confirma nossa pesquisa empírica. A agricultura de base agroecológica que se quer, nas atuais condições de acesso e controle da terra, está ainda por ser desenhada. Nesses mais de dez anos de experiências sob PDS, vemos que o sujeito que trabalha em sua roça com essa perspectiva de livrar-se

⁷ O verbo *assituar* é característico da fronteira, onde a primeira família camponesa a chegar em local ainda desabitado por seus pares (via de regra habitada por grupos indígenas), então designada como *assituante*, organiza não apenas os recursos materiais, mas também imateriais, sob regras sociais específicas desse campesinato, indicando os locais de moradia e trabalho, apoiando os que chegam em seguida, até que tenham eles próprios suas roças. Na lógica camponesa, o pioneirismo na chegada e ocupação não significa que o *assituante* tenha direitos de dono.

de patrão – mudando sua condição de poder, está logrando avanços ainda muito incipientes em uma transição agroecológica, tanto por desmatamento evitado através de roças mais parcimoniosas, quanto através da obtenção de recursos financeiros que as aprimorem, através do manejo florestal comunitário, por exemplo.

Este sujeito que busca uma terra sem dono chegou a Anapu no início de 2000. Eram famílias sem terra, movidas por notícias que corriam na extensa rede de comunicação oral e informal mantida por esse campesinato, a *rádio cipó*. Oriunda de diferentes origens, a narrativa se repete: “*A gente ouvia que a irmã ia dar terra para quem quisesse trabalhar, que ali não tinha dono*”.

Irmã Dorothy Stang da congregação católica das Irmãs de Notre Dame de Namur, passando pelo Maranhão na década de 60, chegara ao Pará na década de 70, instalando-se no tramo leste da Transamazônica na década de 80. Com base nas décadas de sua atuação junto às famílias do esquema de Colonização, que já enfrentavam sérios problemas ambientais e econômicos, a freira instava aos recém chegados: “*Ser agricultor* não é apenas saber lavar a terra, mas compreender os princípios da *sustentabilidade*”. Certamente, aqueles que ocuparam as terras do PDS não compartilhavam a priori desse discurso, mas logo perceberam as diferenças da proposta de PDS em contraste aos Projetos de Assentamento convencionais, e foram se posicionando.

Ao longo de mais de uma década, com imensas dificuldades marcadas pelo assassinato da Irmã em fevereiro de 2005, essa perspectiva vem sendo gradualmente debatida, projetada, experimentada e redesenhada por um conjunto de famílias do PDS Virola Jatobá. A unidade dessas famílias, localmente designadas como as *pioneiras* ou os *antigos*, foi forjada inicialmente por perseguições e confrontos armados contra os opositores do PDS, e se designou formalmente como Associação Virola Jatobá AVJ e Cooperativa COOPAF.

Apesar dos muitos e complexos problemas envolvidos pela adoção dessas formas de organização por um campesinato de fronteira, dados empíricos acumulados atestam uma correspondência entre elas e ações coletivas em busca de transformação nas relações de poder. Neste artigo, designamos essa tendência de transformar a relação entre camponeses e madeireiros ilegais e grileiros como organização social politizada, aproximando-se do que preconiza a teoria agroecológica.

O contexto da transamazônica para a reforma agrária

Inaugurada como a Estrada da Pacificação⁸ em 1969 pelos militares, para absorver tensões dos conflitos envolvendo agricultores sem terra de diferentes partes do país, a Transamazônica e seu esquema de Colonização seria o exemplo do avesso do que deveria ser Reforma Agrária. Porém, com o advento da chamada Nova República, especialmente devido às mobilizações em torno da Constituição de 1988, vislumbrava-se com esperança as possibilidades da redemocratização também na Reforma Agrária. No entanto, as alianças entre segmentos dominantes engajados em mantê-la enfraquecida na lei, também se expressaram fortemente na prática da vida social, como a União Democrática Ruralista (UDR), para investirem contra sua concretização.

Já na década de 80, o Programa Integrado de Colonização na rodovia Transamazônica, expressão de alegada soberania nacional na geopolítica dos militares, demonstrava sua incapacidade. Em meio ao processo de falência da Colonização em curso, em 1987, constitui-se o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, exigindo Reforma Agrária de fato (SOUZA, 2008). Em 1988, Hébette (2004) já anunciava o aborto da Reforma Agrária pela via legal.

Quase uma década depois, o professor registrava a Reforma Agrária do possível: “Reforma Agrária é a gente quem faz”, diriam seus entrevistados (Hébette 2004, p. 265). Camponeses continuavam a chegar à Transamazônica e a ocupar as terras de forma dita espontânea. Em 1997, Dorothy, acompanhada do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anapu e da CPT, solicita ao INCRA áreas para Reforma Agrária: 72 mil ha na Gleba Belo Monte (que viria a ser o PDS Virola Jatobá) e 62 mil da Gleba Bacajá (PDS Esperança). Estava formalizado o desafio que resultou em conflito com os poderosos interessados⁹.

Passada a chamada década perdida, nos anos 90, com a retomada do desenvolvimento já então sob crescentes debates sobre sustentabilidade, registrou-se a eclosão de novos confrontos entre empreendedores madeireiros e pecuaristas e os camponeses em movimento. Se na primeira metade da década, havia uma relativa concentração territorial da violência

na região do “Bico do Papagaio” nas divisas de Pará, Maranhão e Tocantins, na segunda metade, a Transamazônica já se tornara foco de tensões insuportáveis. O Movimento pela Sobrevivência protagoniza os Gritos do Campo, que convergem para os Gritos da Terra Brasil, transformando-se depois em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (FVPP 2006). Rechaça-se o alarde do governo FHC quanto aos números de assentamentos, demandando-se Reforma Agrária de qualidade.

Com a esperança de que o governo Lula, iniciado em 2003, finalmente inaugurasse uma efetiva Reforma Agrária, se criticava o que ocorrera até então:

“Na Amazônia, pode-se afirmar, com certeza, que nunca houve reforma agrária. Ainda que, ao longo das três últimas décadas, tenha havido alguns casos de redistribuição de terras, como resposta às pressões dos agricultores sem terra (a exemplo do que aconteceu no Bico do Papagaio, no Tocantins), nunca houve um processo de expropriação e divisão de terras. O que ocorreu, na verdade, foi um processo de colonização que, paradoxalmente, atraiu a mão-de-obra excedente de outros estados e favoreceu a concentração fundiária, mas impediu que a reforma agrária acontecesse nessas regiões. E esse processo foi acompanhado de uma concentração de renda, ao mesmo tempo em que favoreceu a expansão do setor agropecuário de grande escala (PASQUIS et al. 2005, p. 86).

Assim, apenas na primeira metade da década do século XXI, a proposta de Reforma Agrária diferenciada para a Amazônia, com novos instrumentos de regularização fundiária que contemplasse suas especificidades ambientais, foi ganhando corpo. Os chamados *assentamentos ambientalmente diferenciados*, e o PDS dentre eles, seria a solução para os agricultores sem terra neste contexto, enquanto as concessões florestais absorveriam o empresariado do ramo, segundo as regras da Lei de Florestas Públicas (Lei Nº 11284/2006).

Desde então, no âmbito do INCRA, na Amazônia e em todo Brasil, observou-se a criação de número significativo desses *assentamentos ambientalmente diferenciados*, com relevantes áreas e número de famílias beneficiárias.

É importante lembrar que esses instrumentos de regularização congregando objetivos fundiários e ambientais estão conectados em um arcabouço geral, em que a meta final é o combate às mudanças climáticas, ainda

⁸ A reportagem “A Estrada da Pacificação: Transamazônica” foi publicada na Revista Manchete, em 1 de agosto de 1970.

⁹ Ver, por exemplo, a Folha de São Paulo 24/02/2005: Freira denunciou irregularidades na SUDA - “Apesar das acusações de Dorothy em 99, projetos que receberiam R\$ 61 milhões foram aprovados por indicados de Jader Barbalho” (SEABRA 2005). <http://gvces.com.br/freira-denunciou-irregularidades-na-sudam?locale=pt-br>

que agregando objetivos de justiça social através de distribuição de terras. Para tanto, estabeleceu-se todo um aparato ambiental, que engendraria a chamada *ambientalização* dos conflitos sociais. Esse processo tem profundas consequências para o protagonismo dos camponeses e as experiências de Agroecologia nos Assentamentos, mas por fugir ao escopo desse texto, serão discutidas em outro artigo (LOPES 2006, ACSELRAD 2004)

Ações chaves no cumprimento da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei no 12.187/2009) se operacionalizam através do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PCDAM 2016a), baseado na transversalidade e aprofundamento de ações interministeriais. Até o presente, as iniciativas da chamada Reforma Agrária ambientalmente diferenciada ocorrem numa plataforma em que ações de comando-e-controle tiveram preponderância, dado seu potencial para respostas mais imediatas e palpáveis para o cumprimento da meta final. Nessa perspectiva, a figura de seu Pedro, a alegoria do sujeito coletivo ilustrado na primeira seção, se esvai como o protagonista imprescindível da Reforma Agrária com perspectiva agroecológica.

Mesmo que na 4ª Fase do PPCDAM também se prometa Fomento às Atividades Sustentáveis, numa atuação coordenada com os Eixos de Monitoramento e Controle, Ordenamento Fundiário e Territorial e um novo eixo de Instrumentos Normativos e Econômicos (PPCDAM 2016b), o protagonismo local continua preterido. Assim, a curva abaixo, que era descendente até 2014, mas que nos últimos dois anos retomou tendência inversa, é resultado basicamente das ações de comando-e-controle. Nos assentamentos, incluindo-se os PDS, os impactos se referem muito mais a ações punitivas do que propositivas, como reconhece o Relatório da 3ª Fase do PPCDAM (PPCDAM 2016a).

No que se refere às tentativas de Reforma Agrária, em meados dos anos 2000, já sob um aparato ambientalista relativamente mais organizado, fica evidente na Transamazônica a disparidade entre o discurso e a prática nos assentamentos. Em assentamentos de Reforma Agrária registram-se 30% do desmatamento na Amazônia (PPCDAM 2016b). É inegável a disparidade entre as declarações governamentais em fóruns globalizados e a realidade institucional dos órgãos fundiários e ambientais responsáveis pela Reforma Agrária, desde Brasília até Unidades Avançadas como em Altamira e Anapu. Em que pese investimentos maiores nos PDS (se comparados aos PAs convencionais), por exemplo aqueles advindos do PPG-7 via Promanejo, ações propositivas não se firmaram até o presente.

Quando, a partir de 2004, o necessário bloqueio das serrarias ilegais

na Transamazônica e na BR 163 reduz drasticamente o desmatamento na região, percebe-se tanto a saída de cenário daqueles madeireiros temerosos à lei, quanto a aceleração da atividade de rapina por parte daqueles que continuariam a desafiar o governo até hoje. Assim, tendo como pano-de-fundo aquela área cinzenta do gráfico acima, num contexto do que permaneceu operante após os resultados do combate ao desmatamento nesta última década, é que faremos nossa discussão sobre a agricultura que queremos no PDS VJ.

Portanto, os interessados em uma Reforma Agrária de base agroecológica na Transamazônica continuarão a lidar, tanto com o sujeito coletivo que não tolera o patrão, o camponês ilustrado por seu Pedro, como com toda uma rede de atores contrários a ela. Nesta rede, atuam desde camponeses dependentes do comércio ilegal de toras até empresários da exploração florestal clandestina, que sobrevivem graças à omissão ou apoio de agentes governamentais e não governamentais em postos chaves, aliados à atuação de poderosos políticos. O entendimento do funcionamento dessa rede é fundamental para se alcançar a Reforma Agrária fundada em princípios agroecológicos. No entanto, como objeto de investigação, seu escopo ultrapassa a pesquisa científica e carece da investigação criminal. Nesse sentido, os PDS de Anapu são um caso emblemático por excelência da complexidade da pesquisa-ação.

PDS: Assentamento de reforma agrária com potencial para a transição agroecológica na amazônia

Em meados da década de 90, Dorothy Stang vinha levantando informações sobre as glebas de 3.000 ha que se situavam além da faixa da colonização. Na faixa, lotes de 100 ha ao longo da Transamazônica e dos ramais que formavam a chamada espinha de peixe, se destinavam aos colonos agricultores familiares. Além da faixa, as glebas de 3.000 ha se destinavam a empresários que se dispusessem a desenvolvê-las.

Identificadas glebas de 3.000 ha cujos Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATPs) haviam perdido a validade, a religiosa passou a apoiar o acesso de famílias sem terra a essas glebas. Com a mobilização das organizações sociais de Anapu, estas e outras glebas foram conquistadas e viriam a ser denominadas PDS Anapu I, II, III e IV. Ao sul da Transamazônica,

o PDS Anapu I e II foi designado como PDS Esperança (posteriormente, o PDS II foi eliminado) enquanto ao norte da rodovia, o PDS III e IV foi denominado como PDS Virola Jatobá.

A busca de Dorothy por uma reforma agrária diferenciada vinha de sua frustração com os resultados tanto do antigo Programa Integrado de Colonização quanto dos Projetos de Assentamentos convencionais na Transamazônica. Sua constatação de empobrecimento ambiental, econômico e social dos colonos coincide com a intensificação da pressão internacional e nacional por conservação ambiental no contexto das mudanças climáticas. Em contato com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), busca os novos instrumentos de regularização fundiária em áreas sob cobertura florestal, que foram chamados *assentamentos ambientalmente diferenciados*.

Criado pela Portaria INCRA SR01 nº 39/2002, atualmente o PDS Virola-Jatobá compreende dois módulos distintos e descontínuos, somando 39.486 hectares. As sete glebas do PDS Anapu III (polígono superior na Figura 2), totalizando cerca de 24.238 ha são integralmente definidas como Reserva Legal (RL), enquanto no PDS Anapu IV (polígono inferior) estão localizadas cinco glebas, totalizando cerca de 14.966 ha onde, além do restante da RL do PDS, situam-se cerca de 160 lotes, que compõem as Áreas de Uso Alternativo (AUA), correspondendo a parcelas de tamanho médio de 20 hectares, destinadas ao uso agropecuário pelas famílias assentadas.

No caso dos PDS Virola Jatobá, pode se afirmar que o instrumento de regularização fundiária tem se demonstrado relativamente eficiente no combate ao desmatamento, pois em 15 anos desde sua criação, em que pese encontrar-se em um foco de alto desmatamento (em vermelho no mapa a seguir), menos de 7% de sua área total encontra-se desmatada pelos agricultores e se encontram sobretudo nas Áreas de Uso Alternativo (AUA). O instrumento, no entanto, não é eficiente na contenção ao desmatamento da Reserva Legal (RL) por grileiros e madeireiros ilegais, como demonstrado por inéditas autuações em 2016, registradas em Laudo de Vistoria do INCRA e Relatório de Operação do IBAMA. A área em vermelho no mapa da Figura 3, portanto, registra sobretudo a ação de pecuaristas extensivos, grileiros e madeireiros ilegais, que invadem inclusive o PDS.

Aqui, portanto, devemos lembrar o velho mas atual esclarecimento: “*A Reforma Agrária é uma proposta de mudança de sociedade, ela não pode se restringir a algumas ilhas chamadas de assentamentos onde se investirá, por tempo limitado, na implantação de alguma infraestrutura como se as*

infraestruturas pudessem dar vida a uma sociedade” (HÉBETTE 2004, p. 270). O PDS, portanto, não consegue responder por si só aos problemas de uma sociedade que não mudou, de uma Reforma Agrária que não vingou.

O PDS VJ: A Politização da organização social na transição agroecológica como luta pela reforma agrária

Nesta seção, ilustraremos quantitativamente nosso argumento a favor da organização social politizada como elemento chave para o estabelecimento de experiências de Agroecologia em Assentamentos, em uma sociedade em que a Reforma Agrária ainda não ocorreu de fato. Com a apresentação de dados de campo coletados pelo terceiro autor, sob orientação do segundo autor, objetivamos mostrar que a organização social em torno da proposta do PDS é fator relevante associado a uma maior probabilidade de iniciativas tendendo à perspectiva agroecológica, independente da acessibilidade do lote.

A acessibilidade do lote é assumida aqui como maior ou menor facilidade de trânsito entre um dado lote e a rodovia Transamazônica. Essa variável foi escolhida porque, hipoteticamente, o grau de facilidade de trânsito influenciaria positivamente o escoamento da produção agrícola e acesso ao mercado, e estaria associado a uma maior taxa de conversão de florestas em pastos, capoeiras, pomares e roças. Após coleta de dados qualitativos ao longo dos anos da pesquisa, e de exercícios estatísticos com diferentes variáveis, como tempo de residência no PDS, origem da família e outras variáveis sócio-demográficas, selecionou-se a acessibilidade do lote como uma das variáveis de maior significância para esta análise.

A organização social politizada é medida por um indicador nominal: a adesão ou não adesão à Associação Virola Jatobá (AVJ). Sem nenhuma pretensão de adotá-lo como um indicador absoluto, dados empíricos acumulados mostram que a filiação à AVJ é um indicador aceitável para os fins dessa análise, pois historicamente a AVJ se constituiu como uma forma de organização que resiste a relações de subordinação a madeireiros ilegais, pecuaristas e grileiros, buscando uma transformação nas relações de poder, através da organização de seus associados e de engajamento em iniciativas de cunho agroecológico (manejo florestal comunitário madeireiro, manejo de açazais, processamento de frutos da floresta, conservação de áreas de preservação permanente--APPs, licenciamento de roças). Diferente de outros

Figura 1: Perímetros das duas áreas descontínuas que compõem o PDS Virola Jatobá, mostrando em vermelho as áreas desmatadas. Note que a área no retângulo azul no canto esquerdo do polígono inferior não é considerada na prática como parte do PDS, pois nessa vicinal nem mesmo o INCRA conseguiu controlar o antagonismo ao PDS e as influências que levaram ao intenso desmatamento.

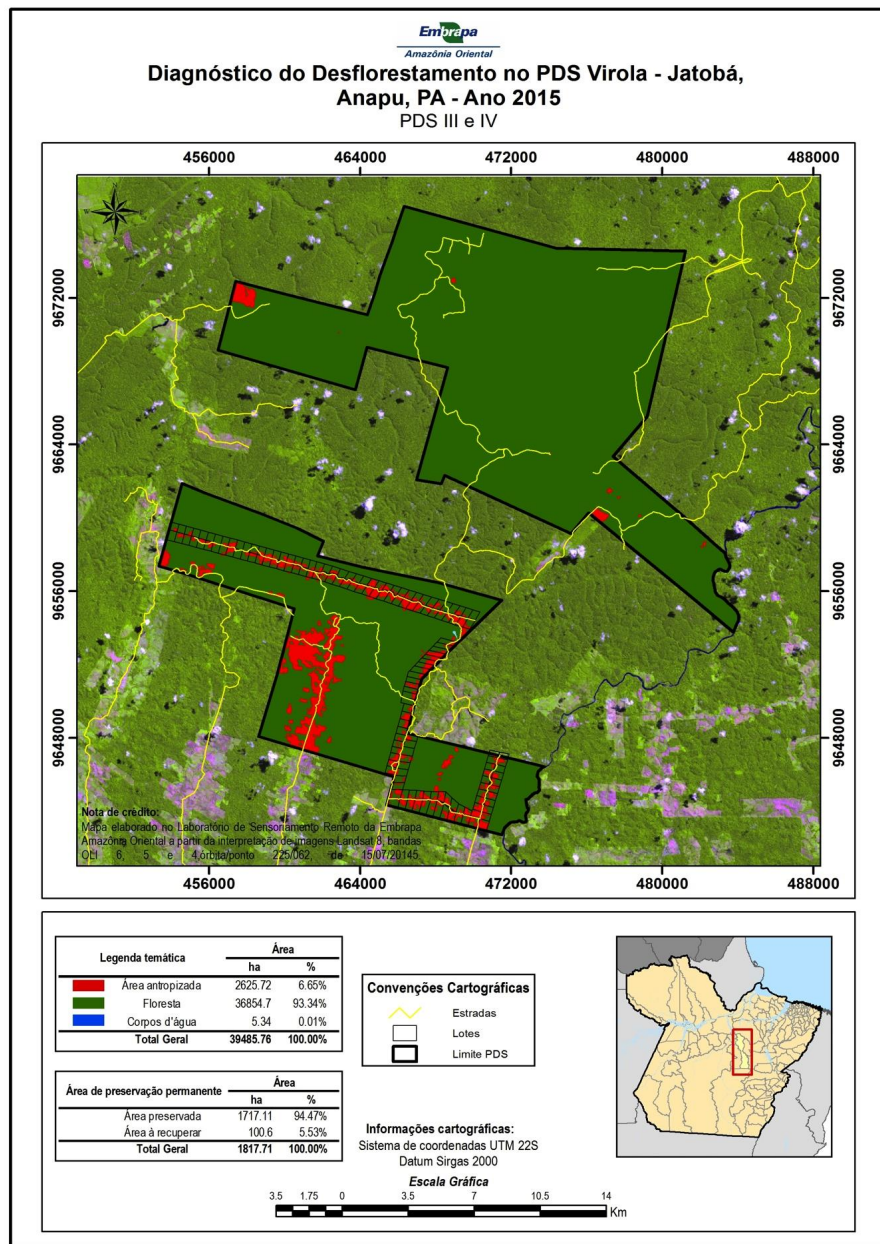
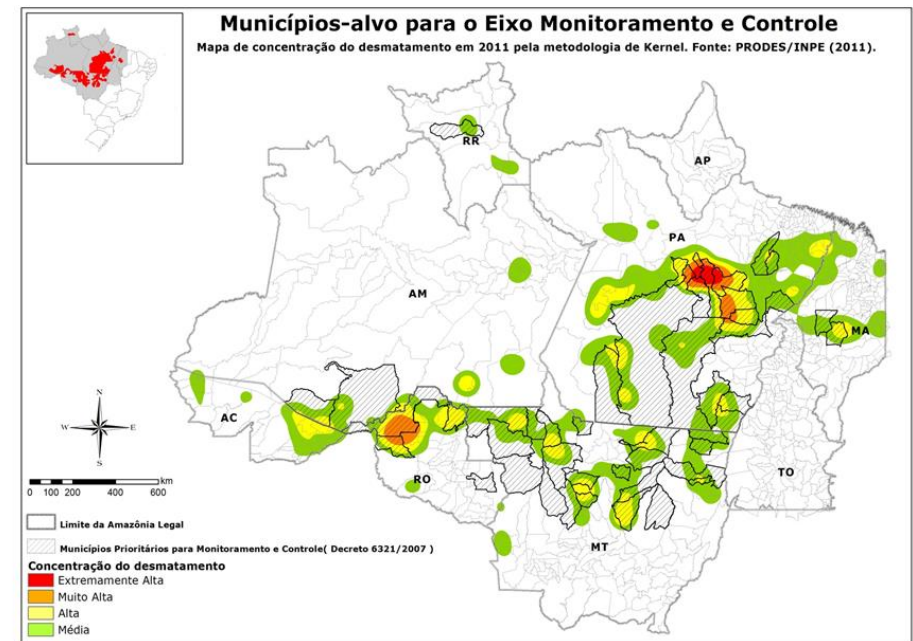


Figura 2: Mapa de concentração do desmatamento pela metodologia de Kernel. Fonte: (PRODES/INPE (2011), reproduzido em PPCDAM 2016a). A parte Norte do município de Anapu está no centro da área de concentração do desmatamento extremamente alta, em vermelho.



agrupamentos, a AVJ tem denunciado situações e atores que promovem a subordinação das famílias residentes. Portanto, ser sócio ou não da AVJ foi adotado como um proxy para expressar a organização social politizada.

Finalmente, o potencial para experiências em Agroecologia no assentamento é medido através de dados geo-espaciais sobre o nível de cobertura florestal no lote e o gradiente de agro-industrialização do lote. Os dados geo-espaciais serão apresentados através dos mapas constituídos junto com cada uma das famílias pesquisadas. E o gradiente de agro-industrialização do lote foi obtido pela inferência dos dados de mapeamento e questionários sobre a Tabela proposta por Toledo (1995) e discutida em Altieri e Toledo (2011):

A Tabela 1 mostra um gradiente de características, em que, quanto mais uma unidade familiar de produção atuar em seu lote no sentido ao modelo de produção agroindustrial, menor será seu potencial para experiências agroecológicas. Os autores argumentam que o modelo de produção

camponês teria as seguintes características, em termos de:

- *Energia: uso exclusivo de energia solar*
- *Escala: minifúndio*
- *Auto-suficiência: alta, pouco uso de insumos externos*
- *Força de trabalho: familiar ou comunitário*
- *Produtividade de trabalho: alta produtividade ecológico-energética e baixa produtividade no trabalho*
- *Reciclagem: alto nível de reciclagem, produção de dejetos baixa ou nula*
- *Diversidade: alta diversidade ecogeográfica, biológica, genética e produtiva*
- *Conhecimento: holístico, ágrafo, baseado em feitos e crenças de transmissão limitada e altamente flexível*
- *Cosmovisão: A natureza é uma natureza vivente e sacralizada, cada elemento natural encarna deidades com quem é necessário dialogar durante a apropriação (Toledo 1995, p.9 - Tradução dos autores)*

Por outro lado, no extremo oposto do gradiente, o modo de produção agroindustrial teria características basicamente inversas.

Definidas e explicitadas nossas variáveis, estabelecemos nosso arcabouço argumentativo: No caso dos lotes do PDS VJ, a organização social em torno da proposta do PDS (adesão à AVJ) é fator relevante associado a uma maior probabilidade de iniciativas tendendo à perspectiva agroecológica, independente da acessibilidade do lote.

Para verificação do argumento, inicialmente, foram coletados dados declaratórios sobre uso da terra junto aos responsáveis pelos 78 lotes em que foi possível responder aos questionários. Nesta etapa, levantaram-se 16 diferentes classes de uso da terra, aglutinadas em quatro categorias principais: cultivos, pastos, capoeiras e florestas. Numa segunda etapa, o então mestrando realizou mapeamentos participativos do uso da terra a partir de levantamento geo-espacial *in-loco* em 14 lotes, exemplificados pelas Figuras 5 a 8. Sequencialmente, foram analisados comparativamente o que foi declarado (questionários) e o que foi verificado em campo posteriormente (levantamento geo-espacial). Estatísticas descritivas e análises de variância

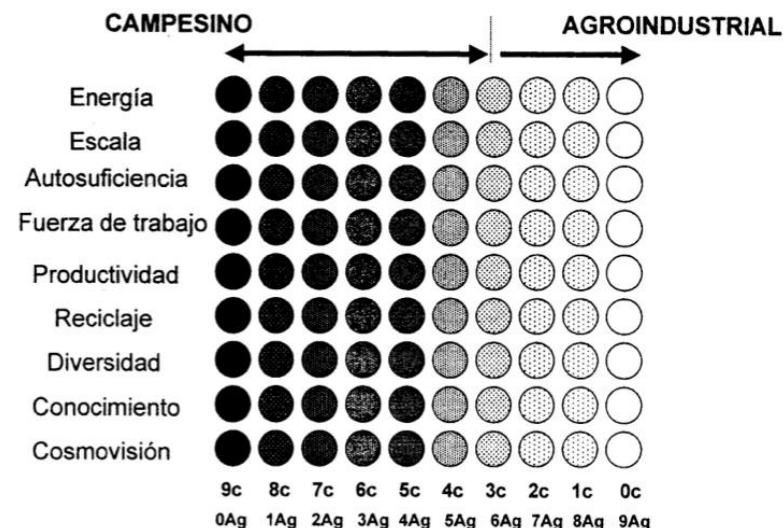
foram efetivadas, e constatou-se correlação positiva e significativa entre os conteúdos obtidos pelas duas formas de coleta de dados.

Dentre os 14 lotes em que se procedeu o mapeamento do uso da terra, para fins dessa argumentação e devido ao espaço concedido ao texto, apresentaremos apenas dois pares de Figuras. Os mapas de uso da terra ilustram que, para um mesmo nível de acessibilidade do lote, o fator Associação, isto é, “adesão à AVJ” x “não adesão à AVJ” indica diferenças significativas em várias das nove características de Toledo (1995). A tendência ao modo de produção camponês, indicando um potencial para experiências agroecológicas, se expressa significativamente associado aos lotes dos sócios da AVJ.

Esses mapas de uso da terra ilustram bem os resultados encontrados na análise de variância realizada com os 78 questionários, conforme se observa na Tabela 2.

Vemos que a acessibilidade do lote, que pode ser um indicador de maior vulnerabilidade aos efeitos do mercado, não foi significativa na determinação do tamanho das áreas de pasto, florestas, capoeiras e cultivos. Ao passo que, a organização social em torno do PDS sim, definiu se os donos dos lotes realizaram o corte raso da floresta para desmatamentos permanentes como pastagens, ou se deixariam capoeiras em pousio ou

Tabela 1: Sequência de combinações possíveis entre o modo de produção camponês (extrema esquerda) e o modo de produção agroindustrial (extrema direita) de acordo com os nove atributos utilizados. Fonte: Toledo (1999, p. 13)



mesmo a floresta em pé. Interessantemente, as roças não foram afetadas pela adesão ou não à AVJ. Em nossa interpretação, a roça ainda os definiria a todos como camponeses, porém, aqueles que se organizaram para defender o PDS se posicionariam mais a esquerda do gradiente, enquanto que aqueles que assumiram posições contrárias ao PDS se aproximariam da coluna 6Ag de Toledo (1995), que representaria a linha de distinção entre o modo camponês e o modo agroindustrial de produção.

Para aprofundar a análise, a Tabela 3 apresenta os resultados de um teste estatístico para identificar as diferenças entre as médias nos testes acima que resultaram significativos. Tais testes confirmam que os sócios da AVJ em relação aos não sócios apresentam em média uma área bem menor de pastos (- 14,23 ha) e áreas médias superiores em florestas (+ 3,69 ha) e capoeiras (+8,21 ha).

Tabela 2: Análises de variância entre porcentagem da área do lote em quatro classes de uso, condições de acessibilidade e participação na Associação AVJ para 14 lotes no PDS Virola-Jatobá.

teste	Valor F	Probabilidade > F	Significância estatística
Pastos x acessibilidade	0,06	0,8127	ns
Florestas x acessibilidade	0,34	0,5727	ns
Capoeiras x acessibilidade	0,43	0,5220	ns
Cultivos x acessibilidade	0,34	0,5700	ns
Pastos x Associação	10,01	0,0082 ***	> 99%
Florestas x Associação	4,83	0,0484 **	95% – 99%
Capoeiras x Associação	3,97	0,0696 *	90% - 95%
Cultivos x Associação	0,83	0,3795	ns

Fonte: Assunção 2016

Tabela 3: Comparação entre áreas médias de classes de uso para 14 lotes do PDS Virola-Jatobá, para sócios e não sócios da AVJ, através de Teste de Bonferroni.

teste	Área (ha)	Probabilidade > F	Significância estatística
Pasto: sócios da AVJ x não sócios	-14,23	0,0082 ***	> 99%
Floresta: sócios da AVJ x não sócios	+3,69	0,0484 **	95% – 99%
Capoeira: sócios da AVJ x não sócios	+8,21	0,0696 *	90% - 95%

Fonte: Assunção 2016

Sintetizando as análises apresentadas acima, pode-se afirmar que certos resultados apresentam sincronia com as análises das médias de classes de uso e cobertura da terra contida nas tabelas oriundas dos mapeamentos participativos. Evidenciou-se assim que não há influência expressiva do quesito localização do lote em relação às classes de uso e cobertura predominantes.

Comportamento bem diferente foi detectado quanto à influência do quesito “participação em associações internas”, para o qual foi verificada forte tendência de áreas maiores de pastagens, com menores áreas em capoeiras e florestas para os não associados à AVJ. O fato da classe cultivos não representar significância estatística nesse momento revela justamente sua importância entre ambas as categorias, ou seja, denota a representatividade da agricultura para a manutenção dos assentados (subsistência e/ou renda) de modo geral.

A avaliação que pode se fazer com o discutido até o momento é que apesar de uma análise pautada em quatro categorias combinando a variável “adesão” ou “não adesão” à AVJ com a variável “acessibilidade do lote”, a primeira variável se revelou mais pertinente induzindo determinado padrão de uso do lote atrelado a uma posição associativa. Tal padrão de uso reflete posturas e práticas cotidianas distintas que tendem a influenciar tanto a extensão das áreas desmatadas quanto a configuração de paisagens nos lotes, delineando-se como boa indicadora de potencial para experiências em Agroecologia.

Esta situação converge para o fato de que nos lotes dos associados à AVJ há predominância de florestas acompanhadas de cultivos e capoeiras, constituindo, portanto, práticas agrícolas como um dos eixos de manutenção dos assentados. Tais práticas também estão presentes (embora não totalmente), no grupo dos não associados. Porém, no lote destes assentados geralmente apresentam caráter secundário, que se revela inclusive na presença da pecuária ou na perspectiva de efetivá-la brevemente.

Portanto, faz sentido dizer que o maior vínculo e interesse dos membros da AVJ em relação ao manejo florestal pode ser um fator importante que explique esta menor conversão de florestas para uso alternativo do solo e, particularmente para a pecuária. Justamente por isso, poder-se-ia dizer que dentre estes últimos haveria um menor comprometimento, concretizado pela ruptura associativa, à proposta de um PDS, que está calcada na promoção e consolidação de atividades produtivas tendendo à perspectiva agroecológica que, por sua vez, tenderiam a repercutir positivamente nos aspectos ambiental e social em diversas escalas espaciais.

A busca por esses objetivos, contudo, requer superar grandes desafios,

Figura 3: Lote 56, classificado como: acesso favorável / sócio da AVJ. Fonte: Assunção (2016).

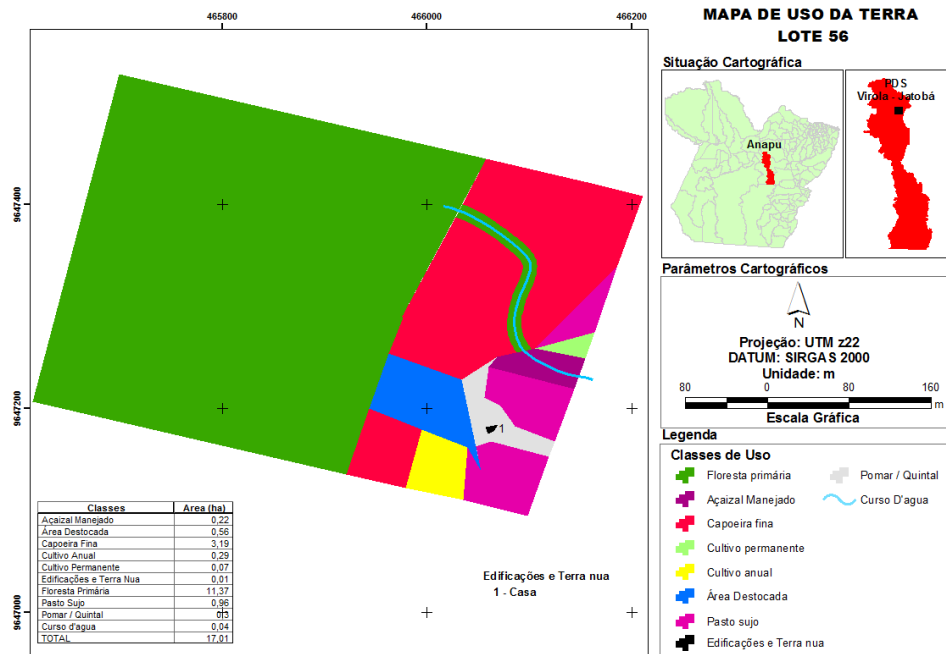


Figura 4 : Lote 25, classificado como: acesso favorável / não sócio da AVJ. Fonte: Assunção (2016).

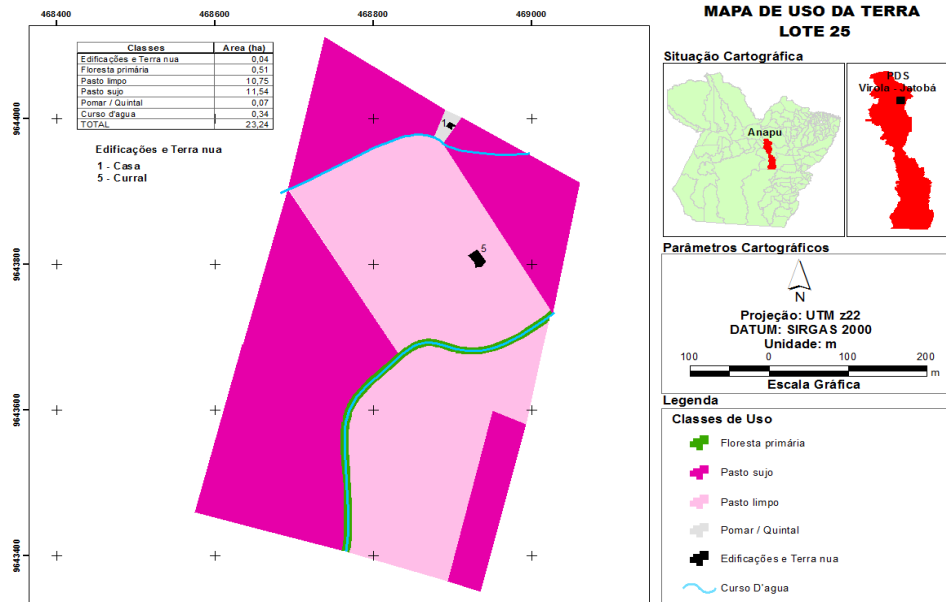


Figura 5: Lote 133, classificado como: acesso desfavorável / sócio da AVJ. Fonte: Assunção (2016).

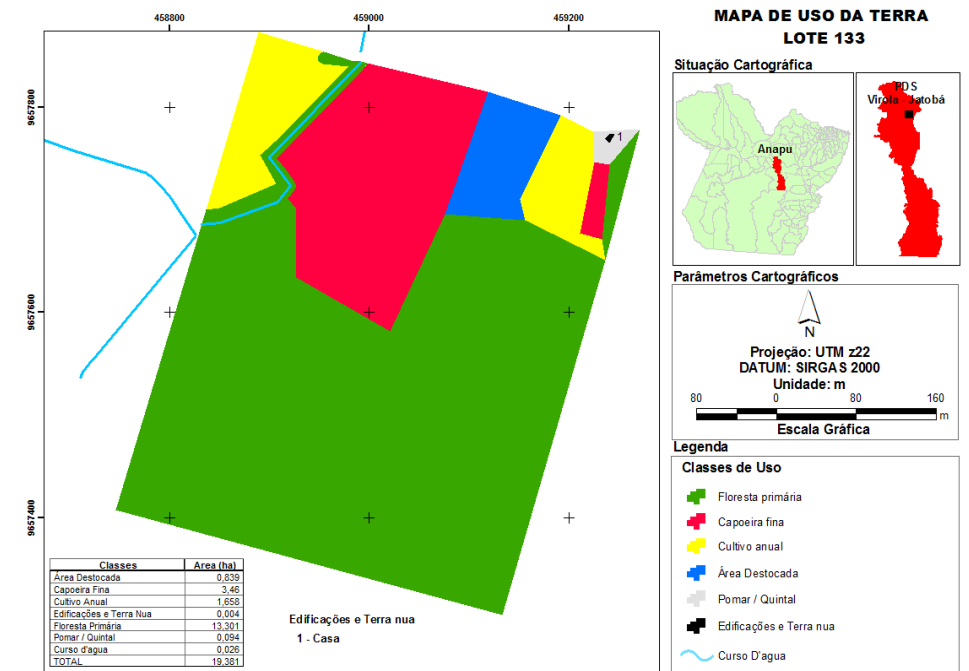
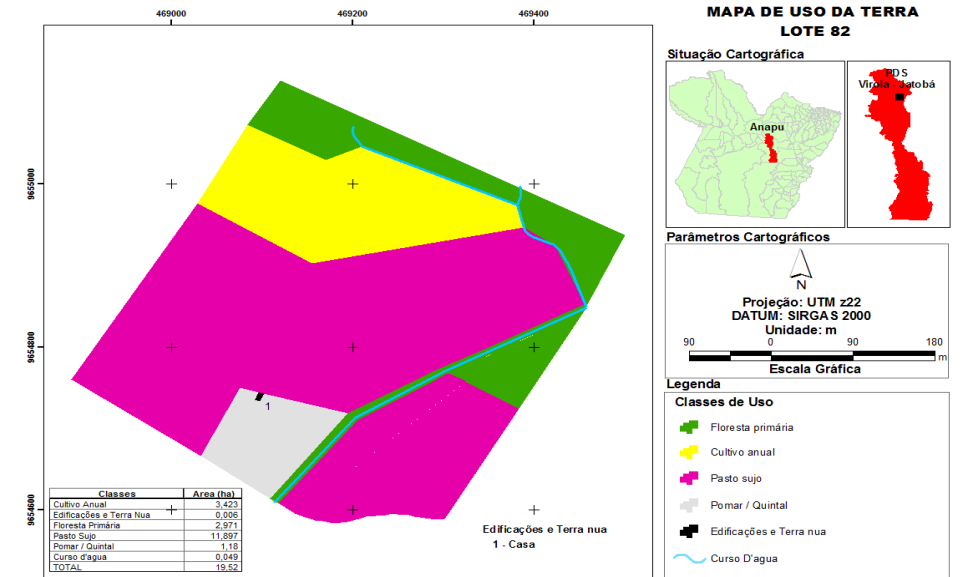


Figura 6 : Lote 82, classificado como: acesso desfavorável / não sócio da AVJ. Fonte: Assunção (2016).



pois, como também demonstrado pelas análises tanto dos questionários quanto dos mapeamentos, tem-se uma considerável presença de pastos (primeira classe em extensão de uso antropizado) que por sua vez representa uma situação um tanto contrastante na medida em que ocorre num assentamento cuja modalidade deteria um forte apelo ambiental e, justamente por isso, não tendo a pecuária como atividade pujante. Apesar de que em muitos lotes visitados esta atividade ainda não tenha de fato se concretizado, o simples fato de existir a pastagem, muitas dessas instaladas recentemente, indica um processo relativamente em ascensão e que pode dificultar a consolidação do PDS-VJ em sua essência.

Reflexões Finais

Sabemos que a Reforma Agrária não aconteceu no Brasil enquanto uma mudança estruturante e coesa, construída e vivida por uma sociedade que pensa seus recursos agrários na perspectiva da justiça social. O que não quer dizer, de maneira alguma, que as ações e tentativas nessa direção não foram e não sejam válidas. Ao contrário, representam preciosidades exatamente porque existem num contexto tão antagônico. Assim, reconhecemos que os assentamentos em si, ambientalmente diferenciados ou não, PDS inclusive, não conseguem viabilizar a agricultura almejada, menos ainda consolidar sua agricultura em bases agroecológicas. Mas as experiências nessa direção existem, e persistem à revelia do gigantesco poder hegemônico que tenta lhes minimizar. As experiências de Agroecologias em Assentamentos são o sal da terra que dão significado e tempero às tentativas da Reforma Agrária que ainda não aconteceu.

Além disso, a pesquisa no PDS VJ indica que, de uma intrigante maneira, mesmo em comunidades em formação como nesse camponato de fronteira, está se constituindo um sujeito coletivo cujas práticas demonstram a resistência do modo de produção camponês, que ensejam o potencial de uma caracterização agroecológica. Certamente não é a Agroecologia emergida no sul do país, tampouco as Agroecologias indígenas ou de comunidades tradicionais, mas a pesquisa empírica permite assumir que é uma das muitas Agroecologias em experimentação (inclusive com o direito de não designar o que fazem como Agroecologia).

Como vimos, como protagonista dessas experiências, esse sujeito coletivo tem assumido formas organizativas para se colocar na sociedade

civil, como a AVJ. Advogamos neste texto pela importância da politização dessas organizações sociais nos PDS, de sua influência nos espaços públicos, para se prosseguir nessas Experiências de Agroecologia em Assentamentos.

No entanto, há uma década atrás já se perguntava:

“O envolvimento formal e ativo da sociedade civil é certamente uma boa opção, mas isso seria suficiente para fazer face ao poder dos “ruralistas”, que até então sempre conseguiram abortar iniciativas reformistas dos governos anteriores? A timidez das propostas do governo para controlar a apropriação ilícita de terras (grilagem), prática corrente entre os grandes proprietários, não é um bom presságio. Além disso, será que a sociedade em geral está disposta a aceitar que uma parte importante do Orçamento da União seja consagrada a essa reforma?” (Pasquis et al. 2005, p.94)

Em 2016, a sociedade brasileira, ao menos os segmentos com prerrogativas para se fazer ouvir de fato, responderam claramente que não. Não estão dispostos a consagrar parte significativa, ou parte alguma, do Orçamento para a Reforma Agrária. Se os governos se mostraram tímidos no controle da grilagem e do desmatamento ilegal, a sociedade civil organizada também não foi suficiente em coibir seus antagonistas.

Assim, o que fazer das Experiências em Agroecologia nos Assentamentos?

À guisa de reflexão, recorrerei a um aprendizado emergido em debates durante o VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, na UNIARA. Realizado em junho de 2016, ainda sob o choque do impeachment no mês anterior, os organizadores mesmo assim lograram reunir contribuições valiosas. Pesquisadores de organizações de representação, FERAESP, FETRAF, MST, e pesquisadores da academia debateram a Reforma Agrária naqueles dias ainda funéreos. Uma das lideranças assim descreveu o impeachment, que anotada rapidamente como *“aquele golpe no fígado... que te deixa de quatro ... que te rouba o fôlego”*. A força de sua descrição capturou a atenção e liberou o pensamento. A descrição era exata e ainda mais abrangente, levando a pensar em outras situações em que o fôlego se esvaía em dor.

Vem à memória a dor que o líder camponês Manuel da Conceição sentira quando seu amado partido quis lhe obrigar a subir no mesmo palanque que Sarney, cuja Lei de Terras arrasou os povoados camponeses. Já no governo Dilma, Manuel da Conceição entrou em greve de fome para se fazer ouvir. Não foi ouvido. Vem à imaginação o golpe que sentira a índia Tuíra Caiapó ao ver concretizada a usina Belo Monte, cujo financiamento

do Banco Mundial conseguira suspender, aos 19 anos, durante o governo militar, com a lâmina de seu facão. Mulher feita, enfrentou novamente as empreiteiras, no governo Dilma. Não foi vista. Em entrevista ao jornalista Leonencio Nossa (2015), em que relata seu desgosto, Tuíra reflete: “*Fiquei pensando: em que vou lutar mais, enfrentar mais para buscar solução?*”

Em tempos de golpes à Reforma Agrária e à sociedade que almejamos, socos à direita e à esquerda, fôlegos roubados, dores a embaçar a reflexão, ganham força as experiências concretas, movidas pela materialidade do cotidiano, aglutinando pessoas reais, relações travadas no chão de terra e na mata bruta. Nesse tempo de **lutar mais, de enfrentar mais para buscar solução**, o fôlego pode vir da concretude da agricultura e extrativismo familiar vividos pelo campesinato, mesmo numa Reforma Agrária que não existiu e com uma Agroecologia que ainda não se fez.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri (ed.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 294 p.

ALTIERI, Miguel .A; NICHOLLS, Clara I. 2000. **Agroecologia**: teoria y practica para una agricultura sustentable. Serie Textos Basicos para la Formacion Ambiental 4. PNUMA, Mexico City. 250p.

ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor Manuel. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v.38, n.3, p.587-612, 2011.

ASSUNÇÃO, Helder do Nascimento. **Interações entre agricultura e manejo florestal**: uma análise do uso da terra, meios de vida e sustentabilidade no projeto de desenvolvimento sustentável Virola-Jatobá em Anapu (PA). Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). UFPA, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v.6, p.51-62, 2007.

BRASIL. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam) da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)**. Lei no 12.187/2009.

FVPP – **A História do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/SDS/ PDA/PPG7** – IBAMA. Série Sistematização, VII. Brasília: MMA, 2006. 64 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; WOODGATE, Graham. Agroecología: Fundamentos del Pensamiento Social Agrario y Teoría Sociológica. **Agroecología**, v.8, n.2, p.27-34, 2013.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. Da Nova Tradição dos Estudos Camponeses à Agroecologia. In: GUZMÁN, E.S.; MOLINA, M.G. (Orgs.) **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. II. Belém: EDUFPA, 2004.

INCRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação Período da Criação do Projeto**: 01/01/1900 Até 16/07/2015. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria De Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT Coordenação Geral de Implantação - DTI – SIPRA. Relatório 0227, de 16/07/2015

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan./jun. 2006.

NOSSA, Leonencio; SAMPAIO, Dida. **Caderno Favela Amazônia**. O Estado de São Paulo, 2015. Disponível: <<http://infograficos.estadao.com.br/public/especiais/favela-amazonia/capitulo-1.php>>. Acesso em: 01/02/17.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos**

Avançados, São Paulo, v.15, n.43, Set./Dec. 2001.
PASQUIS, Richard; SILVA, Alessandra Valéria; WEISS, Joseph; MACHADO, Luciana. “Reforma Agrária” na Amazônia: Balanço e Perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.22, n.1, p.83-96, jan./abr. 2005.

PPCDAMa. **Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal**. Balanço da 3ª fase 2012-2015. Brasília, setembro de 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAm%203%20fase_Balanco_versao%20BETA.pdf>. Acesso em 31/01/2017.

PPCDAMb. **Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento**. Documento base: Contextos e análises. Versão preliminar aprovada pelo GPTI em Dez/2016. Documento final em processo de diagramação. 4ª fase 2016-2010. http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAm%20e%20PPCerrado%20-%20Encarte%20Principal%20-%20GPTI%20_%20p%20site.pdf

PORRO, Roberto; PORRO, Noemi Miyasaka; MENEZES, Marlon; BARTHOLDSON, Örjan. Collective action and forest management: institutional challenges for the environmental agrarian reform in Anapu, Brazilian Amazon International. **Forestry Review**, v.17, n.1, 2015.

SEABRA, Catia. Folha de São Paulo 24/02/2005. **Freira denunciou irregularidades na SUDAM**. Disponível em: <<http://gvces.com.br/freira-denunciou-irregularidades-na-sudam?locale=pt-br>>. Acesso em 01/02/2017.

SOUZA, Ana Paula Santos. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica e Xingu**: a trajetória de um discurso a muitas vozes. Heinrich Boll Stiftung. 2008. Disponível em: <https://www.boell.de/.../kurzbeitrag_ana_paula_santos_souza_port>. Acesso em 29/01/2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 1994.

TOLEDO, Víctor Manuel. Campesinidade, agroindustrialidade, sustentabilidade.

Peasantry, agroindustrialidade, sustentabilidade: Los fundamentos ecológicos y históricos del desarrollo rural. **Revista de Geografía Agrária**, Uberlândia, p.2-19, 1999.

TOLEDO, Víctor Manuel. Peasantry, agroindustrialidade, sustainability: The ecological and historical basis of rural development. Interamerican Council for Sustainable Agriculture, 1995, San Jose (Costa Rica). In: **Anais...**, 1995.